**Normas de instituição da Escola:**

[Emenda Constitucional n.º 45, de 30 de dezembro de 2004](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc45.htm)  
Altera dispositivos dos arts. 5.º, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal e acrescenta os arts. 103-A, 103-B, 111-A e 130-A, e dá outras providências.

[Resolução n.º 3, de 30 de novembro de 2006](http://www.stj.jus.br/portal_stj/publicacao/download.wsp?tmp.arquivo=1223) (atualizada)  
Dispõe sobre a instituição da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados e dá outras providências.

[Resolução n.º 5, de 1.º de julho de 2008](http://www.stj.jus.br/portal_stj/publicacao/download.wsp?tmp.arquivo=782)  
Altera os arts. 2.º, 3.º e 4.º da Resolução n.º 3 do Superior Tribunal de Justiça, de 30 de novembro de 2006, que dispõe sobre a instituição da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.

**Normas internas:**

Resolução nº 3, de 4 de dezembro de 2013

[Resolução n.º 2, de 28 de setembro de 2011](http://www.stj.jus.br/portal_stj/publicacao/download.wsp?tmp.arquivo=2242)  
Dispõe sobre a contratação e a retribuição financeira pelo exercício de atividade docente no âmbito da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados e Escolas Judiciais a ela vinculadas e dá outras providências.

Instrução Normativa nº 6, de 4 de dezembro de 2013

Dispõe sobre a produção editorial e a constituição dos Conselhos Editoriais da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira.

Instrução Normativa nº 5, de 4 de dezembro de 2013

Determina a observância da numeração sequencial para a edição de atos normativos pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Enfam.

[Instrução Normativa n.º 2, de 4 de julho de 2013](http://www.enfam.jus.br/wp-content/uploads/2013/07/Instrução-Normativa-2.pdf)  
Uniformiza a nomenclatura dos cursos realizados pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira e pelas Escolas Judiciais e de Magistratura.

[Instrução Normativa n.º 1, de 28 de setembro de 2011](http://www.stj.jus.br/portal_stj/publicacao/download.wsp?tmp.arquivo=2247)  
Dispõe sobre a retribuição financeira pelo exercício de atividade docente no âmbito da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.

QUANTO AOS ATOS JÁ REVOGADOS, MANTEREMOS UM LINK “ATOS REVOGADOS”, com a inserção dos respectivos.